

Sábado, 05 de Setembro de 2026

Críticas se intensificam contra Moraes após novas restrições a Bolsonaro

Bolsonaristas condenam decisão que proíbe visita de Milei e ampliam comparações com caso Lula

Apoiadores de Jair Bolsonaro intensificaram o tom de protesto contra o Supremo Tribunal Federal após novas limitações impostas ao ex-presidente. No sábado, o ministro Alexandre de Moraes rejeitou pedido da defesa para que Bolsonaro recebesse o presidente argentino Javier Milei, programado para chegar ao Brasil uma semana depois.

Na véspera, Moraes manteve a proibição de visitas do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao pai durante noventa dias e bloqueou comunicações de cunho político até as eleições de outubro, além de vetar novos manifestos do ex-mandatário.

A decisão ocorreu após a Procuradoria-Geral da República argumentar que a divulgação de uma carta do ex-presidente, lida publicamente pelo filho na semana anterior, violou as condições da prisão domiciliar.

Flávio Bolsonaro reagiu em vídeo publicado nas plataformas digitais na sexta-feira, classificando a medida como ilegal, desproporcional e desumana. O senador pré-candidato à Presidência não se posicionou imediatamente sobre o veto à visita de Milei.

Eduardo Bolsonaro, ex-deputado que reside nos Estados Unidos, expressou sua discordância nas redes sociais, argumentando que seu pai não está em confinamento domiciliar, mas em reclusão. Paulo Figueiredo, influenciador e aliado próximo de Eduardo, comentou ironicamente sobre a transparência da situação.

Deltan Dallagnol, jurista e ex-parlamentar bolsonarista, utilizou a ocasião para questionar a dupla moralidade das autoridades. Segundo ele, quando Luiz Inácio Lula da Silva estava preso, recebeu a visita do ex-presidente uruguaio José Mujica, que posteriormente participou ativamente de sua campanha presidencial em 2022.

Dallagnol argumentou que, se visitas políticas foram permitidas em um cenário, deveriam ser nas mesmas circunstâncias em outro, evidenciando mudanças de critério ao invés de alterações na legislação.

Na justificativa de sua decisão, Moraes apontou que Bolsonaro foi condenado por atos contra a democracia, incluindo tentativa de golpe de Estado, resultando na suspensão de seus direitos políticos. Essa condenação diferencia-se da de Lula, que enfrentou acusações de corrupção e lavagem de dinheiro em 2018, posteriormente anuladas.

Uma distinção adicional reside nas restrições aplicadas: Lula não tinha limitações de correspondência durante seu encarceramento, apenas restrições a entrevistas, diferentemente das medidas cautelares impostas a Bolsonaro na prisão domiciliar.

Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da pré-campanha de Flávio Bolsonaro, divulgou comunicado na sexta-feira à noite repudiando o que chamou de restrição às liberdades básicas incompatível com os princípios democráticos, reafirmando as disparidades em relação ao tratamento dado a Lula.

O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) questionou a legitimidade do processo eleitoral em postagem realizada no sábado, apontando para a proibição de visitas durante o período pré-eleitoral e o veto à visita de chefe de Estado estrangeiro como evidência de irregularidades institucionais.